

Moralidade e Comportamento Eleitoral

Luciana B. Cavalcante
Santos Camino
L. Camino

Sobre o Autor

Luciana B. Cavalcante é psicóloga, graduada pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPb. Atualmente faz mestrado em Psicologia Social na Universidade Federal da Paraíba - UFPb, desenvolvendo um projeto de pesquisa sobre o comportamento eleitoral, juntamente com os Drs. Leoncio Camino e Cleonice Camino.

Luciana é sócia da Associação Brasileira de Psicólogos Sociais - ABRAPSO e da Associação dos Psicólogos da Paraíba.

Summary

The recent Brazilian presidential campaign was marked by a strong moral component, expressed in the speeches and government programs of some candidates. In this context, the present research investigated, in a population of 50 students from the Social Service Course of UFPb, all of the feminine sex, the relation between the level of morality of the person and her political attitudes; both when these refer to their electoral choices based on the party and when refer to choices based on the government program or on personal qualities of the candidates. The research was conducted five days before the first turn of the presidential election of 1989.

Resumo

A recente campanha presidencial no Brasil foi marcada por um forte componente moral, o qual se expressou nos discursos e programas de governo de alguns candidatos. Inserida nesse contexto, a presente pesquisa investigou em uma população de 50 estudantes do curso de Serviço Social da UFPb, todas do sexo feminino, a relação entre o nível de moralidade dos sujeitos e suas atitudes políticas; quando estas se referem às suas escolhas eleitorais baseadas no partido quer quando se referem às escolhas baseadas no programa de governo ou qualidades pessoais dos candidatos. A coleta de dados foi feita cinco dias antes do primeiro turno das eleições presidenciais de 1989.

As eleições presidenciais de 1989 estiveram fortemente marcadas pelo discurso moralista de alguns candidatos. Particularmente no segundo turno, concepções diferentes do que é honestidade e justiça social confrontaram-se claramente. Os discursos procuravam atingir atitudes supostas nos eleitores. Este fenômeno despertou nosso interesse pelo estudo das atitudes políticas dos eleitores e a relação com as suas concepções acerca da moralidade e da justiça. É evidente que a explicação do comportamento eleitoral não se esgotaria na análise desse tipo de relação, pois concordando com FISICHIELLA (1986), consideramos o comportamento eleitoral como um processo complexo de formação e de expressão das preferências individuais frente às diversas alternativas políticas concretas, sujeitas à crítica do voto. Entretanto, julgamos que desse processo complexo, o qual implica a articulação de aspectos subjetivos e objetivos, as concepções sócio-morais dos sujeitos devem desempenhar um papel mediador na escolha política do eleitor.

Nessa perspectiva, nosso estudo tem como objetivos: primeiro, verificar a relação entre a crença na justiça e os princípios morais, e segundo, analisar relações possíveis entre os conceitos de justiça e moralidade com as atitudes políticas.

I. Princípios Morais; Crença no Mundo Justo e Atitudes Políticas.

A teoria do Desenvolvimento Moral de KOHLBERG (1958; 1971; 1974; 1976) apresenta uma relação entre desenvolvimento moral e os avanços contínuos e progressivos das estruturas cognitivas. Kohlberg considera que o desenvolvimento moral se processa através de uma sequência invariável de estágios⁽¹⁾ e que a passagem de um estágio a outro se realiza graças à existência de conflitos. O autor cria uma Escala Tipológica composta de três níveis, cada nível contendo dois estágios. Esses níveis diferem quanto às concepções filosóficas, morais e sociais, além de apresentarem uma perspectiva social específica, um senso de justiça particular. Tais níveis foram por Kohlberg assim definidos:

Nível I, Pré-Convencional. Nível encontrado mais em crianças e adolescentes, embora se verifique também em alguns adultos. Caracteriza-se pela natureza individualista da perspectiva social. Neste nível, o sujeito percebe o bem e o mal pelas consequências, recompensas, punições, troca de favores etc. O justo é obedecer para evitar punições. O justo também é obter benefícios para si próprio.

(1) No presente trabalho não iremos utilizar os estágios como categorias a serem analisadas, daí não os termos descrito.

Nível II, Convencional. Este nível é definido como aquele do conformismo, da manutenção das normas ou das regras estabelecidas, sejam da família, do grupo social ou do Estado. Existe a preocupação do sujeito em corresponder às expectativas dos outros e manter a ordem social. O justo é considerar o bem dos amigos e ao mesmo tempo ser bem visto por eles. O justo é também respeitar as leis incondicionalmente.

Nível III, Pós-Convencional. Caracteriza-se pela forma independente como o sujeito se porta diante da ordem social estabelecida. Há uma confiança nos princípios morais autônomos, os quais podem ultrapassar a autoridade dos grupos, das instituições e dos representantes da ordem e da lei. O justo é respeitar a vontade do povo; ou justo é respeitar os princípios da sua própria consciência.

De uma forma geral, as pesquisas sobre moral e política, (FISHKIN, KINISTON e MAC KINNON, 1978; HAAN, SMITH e BROCK, 1968; O'CONNOR, 1974) demonstraram a existência de uma relação entre níveis de raciocínios morais e participação nos movimentos de protestos estudantis. HAAN et alii (op.cit) constataram que os sujeitos pós-convencionais eram mais ativos politicamente e mais radicais em suas posições políticas. O'CONNOR (op. cit.) demonstrou que ativistas políticos europeus apresentaram predominância no nível pós-convencional, enquanto que os não ativistas apresentaram raciocínio moral do nível convencional. Estes dados dão suporte às nossas hipóteses, no que se refere à relação entre diferentes níveis morais e as atitudes políticas do sujeito. É de se esperar que o comportamento eleitoral seja mediado pelo tipo de moralidade do sujeito. Assim sendo, é perfeitamente esperado que os sujeitos pós-convencionais façam suas escolhas eleitorais pautadas por critérios mais politizados como o programa e o partido; enquanto os sujeitos convencionais devam pautar suas escolhas eleitorais baseadas em critérios menos politizados, como justificar o voto pela pessoa do candidato, seus atributos pessoais, sua competência administrativa ou o benefício direto que tal escolha pode trazer para o votante.

O conceito de "Crença no Mundo Justo" foi desenvolvido por LERNER e colaboradores (LERNER, 1965; LERNER e SIMMONS, 1966; LERNER e MATEUS, 1967; SIMMONS e LERNER, 1968) a partir de estudos inicialmente destinados a compreender as reações frente ao sofrimento de uma vítima inocente (LERNER, 1966; 1974). A explicação destas reações situa-se na necessidade que as pessoas possuem de acreditar que o mundo não é governado por eventos aleatórios, ou seja, que o mundo é um lugar onde as pessoas recebem o que merecem. Tal merecimento baseia-se na necessidade que as pessoas têm de acreditar que existe uma ligação adequada entre o que elas fazem e o que lhes acontece. Esta visão de mundo é denominada por LERNER (1970; 1974) de "crença no mundo justo" e encontra-se

bastante disseminada na cultura ocidental. Portanto, o senso de justiça existente na nossa sociedade é o de justiça equitativa, onde o merecimento está diretamente relacionado com a recompensa, com a bondade, com a obediência às leis. Tal senso de justiça se transformou numa visão de mundo cristalizada numa cultura que supervaloriza os valores dualistas de bem e mal, certo e errado e que se transmite para as pessoas, da mesma forma que dão-se as transmissões de quaisquer outros valores.

Como essa crença contém fortes elementos de conformidade social, ela deve servir de porta ou janela por onde passe a ideologia da classe dominante, uma vez que a mesma contém a ilusão de que a sociedade funciona equilibradamente, impedindo dessa forma, que se vejam as contradições e os interesses de classe. É justamente nas camadas mais exploradas e de pouca consciência social que essa crença tende a ser mais forte (Camino et alii, 1989). LERNER (1980) afirma também que esta crença possui implicações sociais bastante sérias. Segundo o autor, a existência desta crença explicaria como os regimes políticos mais injustos ainda conseguem manter um mínimo de apoio popular. A presunção inicial é de que as pessoas chegam a aceitar a miséria e o sofrimento dos outros bem como as leis as levam a estas condições, acreditando que as vítimas se fazem merecedoras, de alguma maneira, de sua situação. Neste sentido, a crença do mundo justo estaria relacionada com o respeito às autoridades e às instituições vigentes. Pode-se, portanto, esperar que um índice baixo de adesão a esta crença, esteja associado com atitudes de confronto à autoridade. Comprovando esta suposição, RUBIN e PEPLAU (1975) encontraram uma correlação negativa entre um índice de ativismo oposicionista de estudantes universitários e a escala de crença no mundo justo. Dando apoio aos achados de RUBIN e PEPLAU, CAMINO e TROCCOLI (1981), numa amostra de professores universitários da UFPb, constataram que os sujeitos de baixa crença justificavam mais atos de violência motivados por mudanças sociais. MENDONZA e CAMINO (1987), observando professores do 2o. grau da rede estadual em João Pessoa-Pb, constataram que os sujeitos com baixo grau de adesão à crença no mundo justo eram aqueles que mais participavam das atividades grevistas, e possuíam uma ideologia sindical mais radical.

A partir desses resultados, parece-nos coerente esperar que a crença no mundo justo desempenhe um papel mediador no comportamento eleitoral dos sujeitos. Sem desconsiderar outras variáveis que sejam igualmente importantes no processo de escolha eleitoral, esperamos que a crença no mundo justo esteja relacionada à razão pela qual se vota em determinado candidato. Mais concretamente, esperamos que os sujeitos de baixa crença devam dar como razão ou justificativa à escolha do seu voto, critérios mais políticos, tais como votar pelo programa e/ou partido; enquanto os sujeitos de alta crença fundamentarão sua escolha em critérios que dão ênfase à pessoa do candidato, tais como sua competência administrativa, qualidades gerais e/ou em função de expectativas

familiares.

Nesse sentido, nossas hipóteses foram formuladas na expectativa de que os sujeitos que apresentem maior grau de adesão à crença no mundo justo obtenham escores mais altos nas sub-escalas de atitudes políticas que justificam o voto pela competência administrativa, pelas qualidades pessoais e por razões de amizade e família; a mesma relação esperamos encontrar com o nível Convencional da escala moral. Quanto aos sujeitos de baixa adesão à crença no mundo justo esperamos que obtenham escores mais altos nas sub-escalas de atitudes políticas que justificam o voto pelo programa e partido. A mesma relação esperamos encontrar com o nível pós-convencional da escala moral. Particularmente, esperamos encontrar, primeiro, correlação entre a escala da crença no mundo justo e a escala dos níveis morais; segundo, correlações entre o nível Convencional e os critérios de escolha eleitoral pela categoria Votante e Candidato. Por outro lado, esperamos encontrar correlações entre os níveis Pós-Convencional e os critérios de escolha eleitoral pela categoria Político; terceiro esperamos encontrar igualmente, correlações entre alto grau de adesão à crença no mundo justo e a escolha política em função da categoria Votante e Candidato. Por outro lado, esperamos encontrar correlações entre baixo grau de adesão à crença no mundo justo e a escolha eleitoral em função da categoria político.

II - Metodologia

Sujeitos e Procedimentos. Nossa amostra é de 100 sujeitos do sexo feminino, sendo 50 estudantes do 2o. grau, da primeira à terceira séries, do Liceu Paraibano - colégio da rede estadual da cidade de João Pessoa - Pb, e 50 estudantes universitárias do curso de Serviço Social da UFPb.

A coleta de dados foi feita cinco dias antes do primeiro e do segundo turno das eleições presidenciais de 1989; sendo que a população universitária foi pesquisada no primeiro e a população secundarista no segundo turno. O presente trabalho vai explorar apenas a população universitária.

Operacionalização das Variáveis. Para medir os níveis de moralidade, utilizamos o questionário elaborado por REST (1974) o "Defining Issues Test" - DIT, reformulado por SANTOS, CAMINO, LUNA E Col. (1988). Para medir o grau de adesão à crença no mundo justo, utilizamos a Escala da Crença no Mundo Justo, desenvolvida por RUBIN e PEPLAU (1973), traduzida para o português por CAMINO e TROCCOLI (1981). Para medir as atitudes dos sujeitos frente às razões ou critérios pelos quais se vota, elaboramos uma Escala de Atitudes Políticas, composta de sete sub-escalas, a saber: competência administrativa, qualidades morais, qualidades pessoais, benefícios, amizades e família, programa e partido. A soma dos escores das

sub-escalas competência administrativa, qualidades morais e qualidades pessoais nos dá um índice de escolha pelo critério "Candidato". A soma dos escores das sub-escalas benefícios, amizade e família, nos dá um índice de escolha pelo critério "Votante". Por fim, a soma dos escores das sub-escalas programa e partido, nos dá um índice de escolha pelo critério "Político".

III - Resultados

Apresentamos neste trabalho somente os resultados de nossa amostra universitária. Os dados da Tabela 1 nos mostram que a escala da crença no mundo justo correlaciona-se positivamente com a escala Convencional do DIT e negativamente com a escala Pós-Convencional. Demonstrando, como esperado, que os sujeitos de alta crença obteriam escores mais elevados na escala do nível Convencional. Isto parece indicar que os sujeitos de alta crença e moral convencional, caracterizam-se pelo conformismo social. Os sujeitos de baixa crença possuem os escores mais elevados na escala Pós-Convencional, isto significa que esses sujeitos caracterizam-se como contestadores da ordem social vigente.

Os dados da Tabela 2 nos mostram que a Escala de Crença no Mundo Justo correlaciona-se positivamente com o critério de escolha "o votante", e negativamente com o critério de escolha "o político". Isto significa que os sujeitos da alta crença no mundo justo adotam critérios mais utilitaristas e menos politizados ao escolher seus candidatos. Constata-se igualmente na Tabela 2 que a escala Convencional do DIT correlaciona-se positivamente com os critérios de escolha "o votante" e "o candidato" e negativamente com o critério "o político". Já a escala Pós-Convencional correlaciona-se negativamente com o critério de votante e candidato e positivamente com o político, o que significa que os sujeitos convencionais, ao contrário dos pós-convencionais tendem a fazer suas escolhas eleitorais em função dos critérios utilitaristas, menos politizados, privilegiando princípios personalistas a princípios pragmáticos como tendem a fazer os pós-convencionais.

Os dados da Tabela 3 nos mostram que fazendo uma análise mais discriminada das correlações existentes entre a crença no mundo justo, os níveis de moralidade e as sub-escalas de atitudes políticas, constatamos que existem correlações positivas entre a escala Convencional do DIT e as sub-escalas de atitudes da competência administrativa, qualidades pessoais, benefícios e família. O mesmo tipo de correlação se dá entre a Escala da Crença no Mundo Justo e as sub-escalas citadas. Significando que os sujeitos que se encontram no nível Convencional do desenvolvimento moral, possuidores de uma alta crença no mundo justo têm uma atitude política mais conservadora, obedecendo critérios mais tradicionais da nossa cultura política, tais como a de votar por trocas de benefícios ou porque a família inteira apoia determinado candidato e/ou porque o candidato é competente

administrador, possui qualidades como simpatia, boa aparência etc. Contrariamente a esses sujeitos, os pós-convencionais, possuidores de baixa crença, caracterizam-se por atitudes políticas mais avançadas. Demonstram ser sujeitos mais críticos, defendem os princípios de que o voto deve ser dado em função do conteúdo programático que o candidato e/ou partido defendem.

Tabela 1 - Crença no Mundo Justo X Níveis Morais

Correlações	Níveis Morais	
	Convencionais	Pós-Convencionais
Sobre Escala		
Crença no Mundo Justo	55 ^x	-.43 ^x

^x Níveis de significância 0.01.

Tabela 2 - Crença no Mundo Justo, Níveis Morais X Critérios de Escolha

Critérios de Escolha	Adesão A C.M.J.	Níveis Morais	
		Convencionais	Pós-Convencionais
Votante	.34 ^x	.63 ^{xxx}	-.69 ^{xxx}
Candidato	.19	.43 ^{xx}	-.46 ^x
Político	-.44 ^{xx}	-.52 ^{xx}	.58 ^{xxx}

^x nível de significância: 0,05

^{xx} nível de significância: 0,01

^{xxx} nível de significância: 0,001

Tabela 3 - Crença no Mundo Justo, Níveis Morais X Sub-Escalas de Atitudes Políticas

C.M.J. e Política Níveis Morais	Candidato			Votante			
	C. Adm.	Q. Mor.	Q. Pes.	Benf.	Fam.	Prog.	Part.
C.M.J. -27	.39 ^x	-.00	.09	.30	.26	-.43 ^{xx}	
Conven- cional -.55 ^{xxx}	.59 ^{xx}	.02	.39 ^x	.47 ^{xx}	.58 ^{xxx}	-.21	
Pós-Con- vencional .49 ^{xx}	-.55 ^{xx}	.00	-.51 ^{xx}	-.53 ^{xx}	-.61 ^{xxx}	.40 ^x	

^x nível de significância: 0.05

^{xx} nível de significância: 0.01

^{xxx} nível de significância: 0.001

IV. Conclusão

Os resultados desta pesquisa ainda estão em fase de análise. No entanto, as correlações aqui demonstradas, nos levam a algumas reflexões teóricas implícitas nas nossas hipóteses, as quais apontavam primeiro, para uma possível correlação entre os níveis de moralidade e o grau de adesão à Crença no Mundo Justo, o que pode ser demonstrado na tabela 1; segundo, a relação destas duas variáveis com os critérios de escolha dos candidatos. Os dados descritos parecem corroborar tanto com as nossas hipóteses quanto com os resultados de pesquisas anteriores (citadas no início deste artigo), as quais revelaram a existência de correlações positivas entre elevados níveis de moralidade e ativismo político de esquerda; revelando que sujeitos pós-convencionais possuem maior senso crítico da realidade social em que se encontram, o que, evidentemente, se faz sentir nos critérios de escolha dos candidatos. O mesmo fato, portanto, se evidencia com a Crença no Mundo Justo. Os resultados aqui descritos corroboram igualmente com as hipóteses e pesquisas anteriormente citadas, ao revelarem que os sujeitos de baixa crença demonstraram possuir um maior grau de politização ao fazerem suas escolhas eleitorais com base em critérios programáticos. Obedecendo os limites de um trabalho científico, nosso estudo contemplou apenas algumas poucas variáveis

influenciáveis do comportamento eleitoral, as quais chamamos de mediadores psicossociais. Não temos a pretensão de explicar o fenômeno como um todo, mas acreditamos ter estabelecido relações claras entre algumas crenças, níveis de envolvimento moral e os critérios em que um sujeito se baseia para escolher um candidato a quem vai consagrar seu voto.

Referência Bibliográfica

- CAMINO, Leoncio. *Análise Psicossocial do Comportamento Eleitoral nas Eleições Municipais de 1988: O papel da Universidade e da Crença na Justiça Social como mediadores do comportamento eleitoral*. Relatório apresentado ao CNPq., Agosto de 1989.
- CAMINO, L. e TROCCOLI, B. *A Crença no Mundo Justo: Análise Empírica de algumas implicações sociais*. João Pessoa, 1981.
- FISICHELLA, in BOBBIO. *Dicionário de Política*, Brasília, Hamburg Ltda, 1986.
- FISHKIN, Keniston e MAC KINNON, 1978, HAAN, SMITH e BLOCK, 1968, O'CONNOR, 1974. In: A Nassi, S. Abramowitz, and J. Youmans, 1982.
- KINDER, D. e SEARS, D. O. Public opinion and political action. En G. LINDZEY e E. ARONSON (eds). *The Handbook of Social Psychology*. New York; Randon House, 1985.
- KOHLBERG; L. *The psychology of moral development. The nature and validity of moral stages*. Harper e Row. San Francisco, 1984, II vol.
- LANE, S. *Psicologia Social*. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- LERNER, M. *The Desire for Justice and Reactions to Vitims*. In. J. MACAULAY e L. BARKOWITZ. New York: Academic Press, 1970.
- LUNA, V. *Elementos Ideológicos Subjacentes à Educação e à Psicanálise Frente à Aprendizagem de Valores Sócio-Morais - Análise de textos didáticos de Moral e Cívica*, João Pessoa, 1987.
- MARX, K. e ENGELS. *A Ideologia Alemã*. Hucitec, São Paulo, 1987.
- MENDONZA, R. e CAMILO, L. *A Formação das Ideologias Sindicais: o caso dos professores do 2o. grau da Paraíba*, João Pessoa, 1987.

RUBIN PEPLAU. Bilief in a Just Word and Reactions to another lot: A study of participants in the national draft lottery. Journal of Socia Issues, 1973.

SANTOS CAMINO, LUNA e Col. Novelas, Valores e os Jovens Expectadores. João Pessoa, 1989, MIMEO.

SEARS, CARLSMITH, FREEDMAN; Psicologia Social. Cultrix, São Paulo, 3a. Ed.